

ENTRE MEMÓRIA E POLÍTICA: A MOBILIZAÇÃO DO PASSADO E DO AUTORITARISMO PELA EXTREMA-DIREITA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 NO BRASIL

BETWEEN MEMORY AND POLITICS: THE MOBILIZATION OF PAST AND
AUTHORITARIANISM BY THE EXTREME RIGHT IN BRAZIL'S 2018 PRESIDENTIAL
ELECTION

DOI 10.5281/zenodo.15118083

Maíra Pereira da Costa¹
Débora de Oliveira Santos²

Resumo: Após as eleições de 2022, ocorreram diversas manifestações de apoiadores de Jair Bolsonaro demandando uma ruptura democrática por meio de intervenções militares. Além de indicarem os riscos da radicalização e do extremismo de direita à democracia, esses eventos evidenciaram como o autoritarismo na extrema-direita brasileira está vinculado ao imaginário de tutela das Forças Armadas e do Exército, mesmo que isso signifique a ruptura democrática e à revelia do passado autoritário da Ditadura Militar (1964-1985). Considerando os legados autoritários e os usos políticos do passado pela extrema-direita, neste artigo examinamos como o passado autoritário e a nostalgia da ditadura foram mobilizados na candidatura de Bolsonaro à presidência em 2018, e sua relação com a cultura política brasileira. Para tanto, utilizamos métodos mistos para analisar: (i) atitudes democráticas e autoritárias da população com dados do World Values Survey (1994-2018) e da pesquisa "A Cara da Democracia" (2019-2020); e (ii) narrativas sobre o passado no plano de governo, discursos de posse e *lives* realizadas na campanha de primeiro e segundo turno de Bolsonaro. Por um lado, identificamos indícios dos legados culturais autoritários entre os brasileiros e, principalmente, entre eleitores de Bolsonaro, que veem a tomada de poder pelos militares como legítima. Por outro, verificamos ideias de um *passado longínquo* – glorioso, vinculado à Ditadura – e um *passado imediato* – decadente, vinculado aos governos do PT – sendo utilizadas para construir visões maniqueístas de *nós x eles* e mobilizar temas de mudança social, lei e ordem, Forças Armadas, democracia, nacionalismo e anti-comunismo/anti-esquerda nos discursos de Bolsonaro. Concluimos que, na campanha de Bolsonaro, a nostalgia da ditadura foi estrategicamente usada para conectar passado, presente e futuro por meio de visões autoritárias, cujos efeitos deletérios

¹ Bolsista de Pós-doutorado (CNPq) em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), vinculada ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro da equipe do World Values Survey no Brasil. E-mail: mairapcostaa@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Mestre em Ciência Política pela mesma instituição. Membro da equipe do World Values Survey no Brasil. E-mail: dos.deborasantos@gmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8895-9907>

não são restritos à estabilidade democrática, mas também atingem os esforços de memória sobre a ditadura militar no debate público.

Palavras-chave: Autoritarismo. Passado. Nostalgia da ditadura. Extrema-direita.

Abstract: Following the 2022 elections, supporters of Jair Bolsonaro held several demonstrations demanding a democratic rupture through military intervention. Besides the risks of radicalization and right-wing extremism for democracy, these events have shown how authoritarianism on the Brazilian extreme right is linked to the imaginary of tutelage by the Armed Forces and the Army, even if this means a democratic rupture and despite the authoritarian past of the Military Dictatorship (1964-1985). Considering the authoritarian legacies and the extreme right's political uses of the past, this article examines how the authoritarian past and nostalgia for the dictatorship were mobilized in Bolsonaro's 2018 presidential candidacy and its relationship to Brazilian political culture. To do so, we used mixed methods to analyze (i) the democratic and authoritarian attitudes of the population using data from the World Values Survey (1994-2018) and the "A Cara da Democracia" survey (2019-2020), and (ii) narratives about the past in Bolsonaro's government plan, inauguration speeches, and YouTube lives during the first and second rounds of the campaign. On the one hand, we found evidence of authoritarian cultural legacies among Brazilians, especially among Bolsonaro's voters, who see the military takeover as legitimate. On the other hand, we found that ideas of a distant past - glorious, associated with the dictatorship - and an immediate past - decadent, related to the PT governments - are used to construct Manichean visions of us versus them and to mobilize themes of social change, law and order, the Armed Forces, democracy, nationalism, and anti-communism/anti-left in Bolsonaro's speeches. We conclude that Bolsonaro's campaign strategically used nostalgia for the dictatorship to link past, present, and future through authoritarian visions, whose detrimental effects are not limited to democratic stability but also affect memory efforts regarding the military dictatorship in public debate.

Keywords: Authoritarianism. Past. Nostalgia for the dictatorship. Extreme right.

Introdução

Após os resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, muitos apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro (PL), derrotado naquele pleito, começaram a veicular notícias falsas nas redes sociais com a suposta tese de que se se mobilizassem em manifestações, os militares tomariam o poder nas 72 horas seguintes ao dia 30 de outubro de 2022³. A iniciativa, embora frustrada, levou à subsequente organização de apoiadores de Bolsonaro em acampamentos em frente a quartéis gerais do Exército ao redor do Brasil, pedindo a ruptura democrática por meio de uma intervenção militar. Os acampamentos duraram até o início de janeiro, quando foram desmantelados por ordem judicial após a insurreição antidemocrática do 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes em Brasília, que visava também a tomada de poder

³ Para linha do tempo dos fatos ocorridos após as eleições presidenciais de 2022, ver: <https://especiais.g1.globo.com/politica/2023/so-mais-72-horas-acampamento-bolsonaristas-radicaais/>.

pelas Forças Armadas⁴. As preocupações com a estabilidade democrática e o papel dos militares na política brasileira continuam presentes, como vimos nos atentados em Brasília e nas investigações sobre um plano de golpe de Estado que tomaram os noticiários em novembro de 2024⁵.

Essas ações realizadas pelos segmentos mais radicais do eleitorado bolsonarista, no período que sucedeu as eleições de 2022, não indicam apenas os riscos do extremismo ideológico de direita à democracia brasileira. Elas ilustram como a extrema-direita no país é intrinsecamente conectada a valores autoritários, tendo como referência as Forças Armadas e a ditadura militar. Nesse sentido, se, por um lado, a cultura política⁶ brasileira apresenta um hibridismo entre democracia e autoritarismo associado ao passado autoritário (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2018; CASTRO, 2014), por outro, a extrema-direita no Brasil parece ter recorrido amplamente a esse imaginário (ANDERSON, 2019), inclusive com militares figurando nos principais postos do governo de Bolsonaro (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMAN, 2021).

Embora o autoritarismo seja uma característica ideológica da extrema-direita (MUDDE, 2019; CARTER, 2018), no Brasil ele assume significados mais profundos devido ao processo de transição democrática (VIANNA, 1989) e por estar associado, principalmente, ao passado da ditadura militar ocorrida entre 1964 e 1985 no país. De fato, a mobilização de imaginários em torno do passado é uma das estratégias discursivas frequentemente utilizadas pela extrema-direita e pela direita radical (BETZ;

⁴ Para informações sobre o desmantelamento dos acampamentos após os atentados de 8 de janeiro de 2023, ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64212926>.

⁵ Para informações sobre o atentado em Brasília, ver: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/11/15/veja-cronologia-do-atentado-na-praca-dos-tres-poderes-em-brasilia.ghtml>. Sobre as investigações do plano de golpe de Estado, ver: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/supremo-envia-investigacao-sobre-tentativa-de-golpe-de-estado-a-pgr/>.

⁶ Utilizamos o conceito de cultura política desenvolvido por Almond e Verba: “*When we speak of political culture of a society we refer to the political system as internalized in the cognitions, feelings and evaluations of its population. (...) The political culture of a nation is the particular distribution of patterns orientations toward political objects among the members of the nation* (Almond; Verba, 1989, p.13)”. Trata-se, portanto, de relacionar o modo como os indivíduos pensam e agem em relação às estruturas políticas da sociedade em que estão inseridos.

JOHNSON, 2004; ELGENIUS; RYDGREN, 2022; STEENVOORDEN; HARTEVELD, 2018; KENNY, 2017), que, por meio da articulação entre o ressentimento em relação às crises do presente e a nostalgia em relação a um passado idealizado a ser restaurado, constrói narrativas maniqueístas na estratégia discursiva populista de *nós* – associados ao imaginário do passado – e *eles* – associados às crises do presente. Em casos como o brasileiro, em que o passado faz referência a um período autoritário, os enquadramentos trazidos ao debate público pela extrema-direita envolvem a manipulação da memória social (RIEDEL, 2022), tensionando, assim, os legados autoritários deixados na sociedade e na cultura política (MORLINO, 2014; COSTA, 2024).

Neste artigo, investigamos de que forma o passado autoritário e a nostalgia da ditadura militar (1964-1985) foram mobilizados na candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, analisando sua potencial aderência às atitudes democráticas e autoritárias da população e do eleitorado brasileiros. Para tanto, utilizamos uma abordagem de métodos mistos, analisando: (i) as atitudes em relação à democracia e a formas autoritárias de governo, sobretudo na tomada de poder pelos militares, por meio de dados quantitativos do World Values Survey (WVS), no período de 1994 a 2018, e da pesquisa A Cara da Democracia, de 2019 e 2020; (ii) as narrativas sobre passado por meio de dados qualitativos do plano de governo de Jair Bolsonaro em 2018, dos discursos da Cerimônia de Posse no Congresso Nacional e da Cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, ambos realizados em 01/01/2019, e de *lives* realizadas em 01/10/2018, durante a campanha do primeiro turno, e em 27/10/2018, durante a campanha do segundo turno, no canal oficial de Jair Bolsonaro na plataforma YouTube.

O artigo está organizado em quatro seções, além da introdução e das conclusões. Primeiro, discutimos como os legados culturais autoritários refletem as formas de transição democrática e impactam a memória social e a cultura política. Em seguida, abordamos os usos do passado como recurso discursivo por atores da extrema-direita

e da direita radical, explicando a capacidade de agregação em torno da nostalgia. Por fim, apresentamos os dados e métodos utilizados, seguidos dos resultados e discussões. Com base na análise da cultura política brasileira e das narrativas sobre o passado no discurso de Bolsonaro, concluímos que a mobilização da nostalgia da ditadura impõe desafios à democracia brasileira e aos esforços de memória e verdade sobre a ditadura militar no debate público.

Legados culturais autoritários e nostalgia da ditadura

A transição para a democracia no Brasil, nos anos 1980, não se desenvolveu após uma ruptura com as práticas autoritárias e elites do poder (VIANNA, 1989), mas sim com um projeto de abertura voluntarista, ou, para usar outros termos, um modelo de transição pactuada (MUNK; LEFF, 1997). Gestado no alto escalão militar, o projeto de liberalização do regime delineado pelos generais Geisel e Golbery do Couto e Silva foi extremamente controlado, assegurado pela consolidação do modelo de modernização conservadora nos mandatos anteriores, com o “milagre econômico” por um lado, e a aniquilação da luta armada por outro (MENDES, 2013; NAPOLITANO, 2014). Assim, as medidas tomadas visaram não apenas isolar os setores das Forças Armadas que resistiam à retirada do poder mas, também, impedir o protagonismo de movimentos e lideranças que demandavam a redemocratização (D’ARAÚJO, 2012). Dotada de grande poder para barganhar sua retirada, a elite autoritária, sobretudo os militares, pôde facilmente definir os rumos e controlar o ritmo da transição. Isso lhes garantiu importantes prerrogativas políticas, possibilitou que seguissem como relevantes atores políticos (ARTURI, 2001), além de isentá-los de responsabilidade nas graves violações de direitos humanos e outros crimes praticados no período, graças à reciprocidade da Lei da Anistia (LINZ, 1999; GUGLIANO; GALLO, 2011).

Entre os diversos desafios que se impõem ao processo de reconstrução democrática, está o de enfrentar os elementos políticos e sociais do regime autoritário que porventura se mantenham, a despeito do novo pacto social que possibilita o estabelecimento de novas regras e um novo regime político. Estes aspectos de

continuação histórica e/ou reações ao passado passaram a ser frequentemente abordados nos estudos sobre transições, políticas de memória ou, ainda, qualidade da democracia (PINTO, 2014; CESARINI; HITE, 2004; RAIMUNDO, 2018), após as liberalizações e transições democráticas ocorridas a partir da década de 1980 (BRÜCKNER, 2012). Definidos enquanto *Legados Autoritários*, estão intimamente relacionados aos diferentes modelos de transição democrática (PINTO, 2006; PEREIRA, 2015), não se restringindo à dimensão institucional. Isso significa dizer que compreendem “todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidos como vigorosa e visivelmente fortalecidos pelo regime autoritário imediatamente anterior” (MORLINO, 2014, p. 127). Os legados serão tanto mais fortes quanto mais profundas e persistentes forem as normas e práticas autoritárias no âmbito público e privado (MORLINO, 2014).

O tipo de transição democrática reverbera sobre a influência dos distintos setores sociais na construção da memória em torno do autoritarismo (BARAHONA DE BRITO; SZNAJDER, 2010), privilegiando determinadas representações sobre esse passado. Desse modo, determinado evento histórico ou tema e a forma como são preservados e divulgados no período democrático também pode ser considerada um legado autoritário. Por sua vez, a memória social está inserida no processo de socialização política (JENNINGS, 2007), a partir do qual se configuram as formas como os cidadãos percebem e interpretam a realidade política: o que é lembrado e/ou esquecido exerce uma influência significativa sobre os valores, as atitudes e os comportamentos dos cidadãos, bem como em sua percepção da política. Ao mesmo tempo, a construção social do (e sobre o) passado também é produto de tais valores. Assim, memória social e cultura política influenciam-se mutuamente, perpassadas por tais legados (COSTA, 2024).

As transições pactuadas carregam consigo a tendência de manter os privilégios e aspectos autoritários em várias dimensões do novo regime (PINTO, 2014), o que pode

ser facilmente identificado no caso do Brasil: o modelo de transição brasileiro não apenas interferiu na qualidade da democracia do país (MORLINO, 2010), como apresentou empecilhos para a adoção de iniciativas de Justiça de Transição e políticas de memória mais amplas, tão logo se encerrou o regime autoritário. Essa combinação contribuiu para um dos principais elementos constitutivos dos legados do autoritarismo: a impossibilidade de deslegitimação do passado autoritário e a promoção de uma imagem negativa a seu respeito (RAIMUNDO, 2018). Tal aspecto repercutiu em diversas dimensões da democracia brasileira, incluindo os padrões de cultura política do país.

Os legados autoritários também podem se manifestar como memórias ativadas e manipuladas por atores sociais em determinados momentos, a depender de seus interesses (POLLAK, 1992). Ou seja, diferentes grupos e setores sociais podem continuar mobilizando o passado, fazendo com que haja repetidas “irrupções de memória” (WILDE, 1999; JELIN, 2013), as quais podem atuar como potenciais geradoras de conflitos e tensões (BARAHONA DE BRITO, 2009; PINTO, 2014).

No Brasil, além da presença de valores autoritários e de um hiato entre a cultura política e as instituições democráticas, observamos, em especial nos últimos anos, o fortalecimento de uma percepção positiva e nostálgica do passado autoritário (CASTRO, 2014), com o regime autoritário sendo reivindicado e, por vezes, enaltecido. Assim, os valores autoritários da cultura política brasileira emergem e ganham amplitude no espaço público, mobilizados como ferramenta política estratégica no processo que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, um presidente abertamente conservador e defensor de um projeto político assentado nesses valores.

Extrema-direita e a mobilização política do passado

A ascensão da extrema-direita e seu sucesso eleitoral nos últimos anos é, sem dúvidas, um fenômeno complexo, com raízes em questões políticas, econômicas, sociais, culturais e psicológicas. Teorias que buscaram explicar o avanço da direita

radical e do autoritarismo populista na contemporaneidade frequentemente ressaltam como as transformações trazidas por fenômenos estruturais, como a globalização e a pós-industrialização, levaram à reconfiguração do conflito político para *issues* culturais, intensificando sua proeminência sobretudo em contextos de crises econômicas ou políticas conjunturais (BETZ, 1994; KITSCHOLT, 1995; GRANDE; KRIESI, 2012; HUTTER; KRIESI, 2013; NORRIS; INGLEHART, 2019). Seu principal argumento é de que as mudanças na competição econômica, na diversidade cultural e étnica, na integração política e na hegemonia de valores culturais pós-materialistas teriam levado à quebra de paradigmas tradicionais da vida social, econômica e política, gerando insatisfação, descontentamento e insegurança em determinados segmentos sociais, que enfrentariam dificuldades em adaptar-se às rápidas mudanças destes processos estruturais. Esses segmentos seriam mobilizados, então, por partidos e candidatos da extrema-direita por encontrar neles não só uma forma de manifestar sua insatisfação com a situação presente e o desempenho das elites políticas frente a ela, como também um discurso que lhes oferece conformidade, estabilidade e ordem com o reforço de identidades tradicionais.

Um dos principais recursos discursivos da extrema-direita na mobilização desses setores da população é a articulação entre as ideias de crise e restauração, baseadas no ressentimento em relação ao presente e a nostalgia em relação ao passado. Por um lado, esses setores compartilham uma percepção negativa sobre o presente, entendendo as mudanças, sobretudo culturais, como imorais e decadentes, sendo uma ameaça a valores tradicionais de fé, família e nacionalidade, que têm suas bases no conservadorismo e passado (NORRIS; INGLEHART, 2019). Os sentimentos desencadeados por essa percepção – pessimismo, privação relativa, inadequação e insegurança – encontram correspondência nas representações da extrema-direita sobre o presente (STEENVOORDEN; HARTEVELD, 2018), que, por meio retórica populista e antissistêmica, inclui interpretações negativas sobre a realidade social do presente, utilizando da ideia de crise como um elemento mobilizador, mesmo quando ela não é, de fato, algo objetivamente observado na realidade (MOLLS; JETTEN, 2016).

Os discursos da extrema-direita também se utilizam frequentemente de diferentes tipos de bodes expiatórios – como elites liberais, políticos corruptos, mídia *mainstream* e, até mesmo, minorias sociais e étnicas – para retratar os responsáveis pelo declínio das condições sociais, econômicas, culturais ou morais no presente, fornecendo, por meio deles, formas para canalizar os sentimentos negativos abstratos e remotos na demanda eleitoral para alvos específicos (MUDDE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Por outro lado, a capacidade de agregação de indivíduos em torno de uma identificação ideológica ou eleitoral depende também de uma contrapartida de afetos positivos, associados a perspectivas de melhoria ou solução. No caso da extrema-direita, essa mobilização vem por meio da ideia de que a restauração de uma ordem anterior, frequentemente representada na nostalgia pelo passado, é a única solução viável para os problemas atuais. A nostalgia é um sentimento ambivalente, que agrega cargas negativas sobre o presente e positivas sobre o passado (KENNY, 2017), sendo caracterizada tanto pelo senso de que algo bom foi perdido e que o mundo costumava ser um lugar melhor, quanto pelo desejo de retorno a esse lugar melhor do passado, que é geralmente idealizado ou imaginado (KENNY, 2017; DE VRIES; HOFFMAN, 2018). O ressentimento e insatisfação com o presente de setores mais conservadores e com valores mais tradicionais, na demanda eleitoral, abrem espaço para soluções a partir da promessa de reconstituição das condições do passado, na oferta eleitoral da extrema-direita. Por meio de referências a um passado glorioso, passível de retorno, a extrema-direita utiliza a nostalgia como estratégia discursiva, representando-o como um lugar de unidade nacional, coesão social e moral, conformidade, conexões sociais genuínas e simplicidade (PYTLAS, 2013; BETZ; JOHNSON, 2004; COUPERUS; RENSMANN; TORTOLA, 2022; ELGENIUS; RYDGREN, 2019, 2022).

O passado, então, deixa de ser um objeto de controvérsias, contestações ou conflitos para ser enquadrado como a chave para resolver as crises do presente. Riedel (2022) explica que a manipulação do passado e da memória coletiva em novos enquadramentos pela extrema-direita pode incluir: a antagonização entre *nós* – o povo

– e *eles* – as elites – a partir da noção de que a glória passada foi perdida devido a ações injustas de elites corruptas; a negação, rejeição, racionalização ou minimização da responsabilidade em eventos históricos controversos; e a auto-vitimização, com a transferência da culpa e da responsabilidade para outros atores, distintos daqueles que fazem parte do passado tomado como referência. Esses enquadramentos simplificados, idealizados e romantizados do passado recriam significados sociais e memórias coletivas, gerando identificação a partir de ideias de glória e unidade nacional.

O uso da nostalgia do passado por atores políticos da extrema-direita e da direita radical⁷ é amplo. Exemplos disso são encontrados no slogan da campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2016, com o “*Make America Great Again*”, bem como no slogan de apoio ao Brexit no Reino Unido, também em 2016, com o “*Take Back Control*”, que claramente sugerem a união em torno do retorno a um passado. Em partidos da extrema-direita e da direita radical na Áustria, na Suécia e nos Países Baixos, a nostalgia do passado recorre ao imaginário dos anos 1950 para sustentar uma agenda chauvinista em relação às políticas de bem-estar social e invocar atitudes xenofóbicas e de nacionalismo étnico (SCHEREURS, 2020; ELGENIUS; RYDGREN, 2019). Na Polônia e na Hungria, a nostalgia do passado aparece articulada com a vitimização em relação a inimigos internacionais, mobilizando a noção populista de *nós* e reconstruindo a ideia de povo em bases étnicas e culturais (LIPINSKI; SZABO, 2022). Na Espanha, a Reconquista é usada pelo Vox para glorificar o passado, identificar heróis nacionais e promover discursos religiosos, conservadores, nacionalistas e anti-islâmicos (ESTEVE-DEL-VALLE; COSTA LÓPEZ, 2022). Ainda, as opiniões de indivíduos sobre o passado e os enquadramentos da extrema-direita sobre ele apresentam relação positiva com a identificação ideológica com a direita e preferências eleitorais por partidos localizados

⁷ O debate terminológico sobre os conceitos e diferenciações de extrema-direita e direita radical na Ciência Política é amplo (cf. HARRISON; BRUTER, 2011; CARTER, 2018). Para Mudde (2019), a extrema-direita rejeita a essência da democracia e a direita radical, apesar de aceitar os procedimentos democráticos, se opõe aos princípios fundamentais da democracia liberal, sobretudo aqueles relacionados à igualdade. Aqui, partindo da abordagem da Cultura Política, entendemos que valores e atitudes ligadas aos princípios democráticos são essenciais à legitimidade da democracia como sistema político. Portanto, adotamos a compreensão de Carter (2018) de que os termos “extrema-direita” e “direita radical” são equivalentes e intercambiáveis.

na extrema-direita e na direita radical (RAIMUNDO; MAIA, 2019; MARTÍN; STEENVOORDEN; HARTEVELD, 2018; PARADÉS; ZAGÓRSK, 2022).

No Brasil, a nostalgia e os enquadramentos sobre o passado têm como referência o período da ditadura militar (1964-1985). Castro (2014) já havia indicado a presença de atitudes favoráveis a formas autoritárias de governo na cultura política brasileira, sobretudo a um governo militar, no que ele sinalizou como uma nostalgia da ditadura. Bittencourt (2020), identificou que essas atitudes podem ter influenciado a escolha eleitoral por Jair Bolsonaro em 2018. De fato, tanto durante seus mandatos parlamentares, bem como na campanha à presidência em 2018, Jair Bolsonaro explicitamente expressou apoio à ditadura militar, declarando admiração por líderes autoritários e fazendo apologias à violência do período (ANDERSSON, 2019), em referências não só nostálgicas ao passado, como também de oposição às políticas de memória e revisionismo e manipulação da história e da memória coletiva em torno do período ditatorial (ALMADA, 2021). Com uma chapa composta por um general do Exército, Hamilton Mourão, Bolsonaro foi eleito em 2018 e compôs um governo bastante próximo às Forças Armadas brasileiras (GONZÁLEZ; GROHMANN; BAQUERO, 2021).

Dados utilizados

Para analisar as narrativas sobre o passado e da nostalgia da ditadura adotadas pela extrema-direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e sua relação com atitudes democráticas e autoritárias dos brasileiros, utilizamos métodos mistos, analisando dados de natureza quantitativa e qualitativa (BERGMANN, 2008). Dados quantitativos do WVS⁸ no Brasil foram utilizados para analisar as atitudes de brasileiros

⁸ Desenvolvido pela World Values Survey Association, trata-se de um programa de pesquisa internacional dedicado ao estudo científico e acadêmico dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais dos indivíduos ao redor do mundo. O projeto cobre um amplo escopo de tópicos da área de Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Economia, Saúde Pública, Demografia, Antropologia, Psicologia Social, além de contar com uma das maiores séries temporais de questões sobre crenças e valores, iniciada em 1981. No Brasil é realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para mais detalhes sobre o projeto e acesso à base de dados, ver: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>

em relação à democracia e a formas autoritárias de governo – especificamente, atitudes sobre ter sistemas políticos baseados em democracia, um governo militar e um líder forte, bem como sobre se é uma característica da democracia a tomada de poder pelo Exército. Primeiro, analisamos essas variáveis longitudinalmente, com dados coletados em amostras representativas da população brasileira entre 1994 e 2018. Depois, analisamos comparativamente essas mesmas variáveis entre eleitores de Jair Bolsonaro e eleitores de outros candidatos à presidência em 2018 com dados da Sétima Onda⁹ da pesquisa, coletados entre maio e junho de 2018 (N = 1762).

De forma complementar, utilizamos dados quantitativos da pesquisa “A Cara da Democracia”¹⁰, coletados em 2019 (N = 2009) e em 2020 (N = 1000) com amostras representativas da população brasileira. Esses dados foram utilizados para analisar atitudes em relação à democracia e suas instituições, bem como atitudes sobre circunstâncias em que a tomada do poder por militares seria justificável ou não, entre aqueles que declararam voto em Jair Bolsonaro e em Fernando Haddad no segundo turno das eleições de 2018.

Já em relação aos dados qualitativos, analisamos especificamente: (i) o plano de governo da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência nas eleições de 2018, quando concorreu pelo Partido Social Liberal (PSL)¹¹; (ii) os discursos da Cerimônia de Posse no Congresso Nacional e da Cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial no parlatório do Palácio do Planalto, ambos em 1º de janeiro de 2019¹²; (iii) a primeira e a última *live*

⁹ A pesquisa é desenvolvida em intervalos temporais denominados “ondas”. A sétima onda corresponde aos dados coletados entre os anos de 2017 e 2022. No caso do Brasil, os dados foram coletados pela equipe entre maio e junho de 2018.

¹⁰ Pesquisa desenvolvida pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, que faz parte do Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), formado por grupos de pesquisas de quatro instituições principais: UFMG, IESP/UERJ, Unicamp e UnB e por pesquisadores da USP, UFPR, UFPE, UNAMA, IPEA e, internacionalmente, do CES/UC e da UBA. Para mais detalhes, ver: <https://www.institutodademocracia.org/>

¹¹ Em 2018, Jair Bolsonaro concorreu às eleições presidenciais pelo PSL. No entanto, ao longo do seu mandato, ele se desfilou do partido com a intenção de criar um novo partido, porém não obteve sucesso nisso. No final de 2021, filia-se ao Partido Liberal (PL) para concorrer à reeleição em 2022.

¹² Os discursos de posse foram recuperados diretamente do site do Ministério das Relações Exteriores. Para acesso ao discurso da Cerimônia de Posse no Congresso Nacional, ver: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da->

realizadas por Jair Bolsonaro, durante as campanhas do primeiro e do segundo turno do pleito de 2018, realizadas em 01/10/2018 e 27/10/2018 e recolhidas do seu canal na plataforma YouTube¹³. Para as análises qualitativas, utilizamos análise de conteúdo, empregando uma estratégia indutiva baseada em teoria fundamentada (CHARMAZ, 2006). Na primeira etapa da análise, codificamos trechos que faziam referência ao passado, identificando, posteriormente, na segunda etapa, quais os temas mencionados nesses trechos.

Resultados e discussões

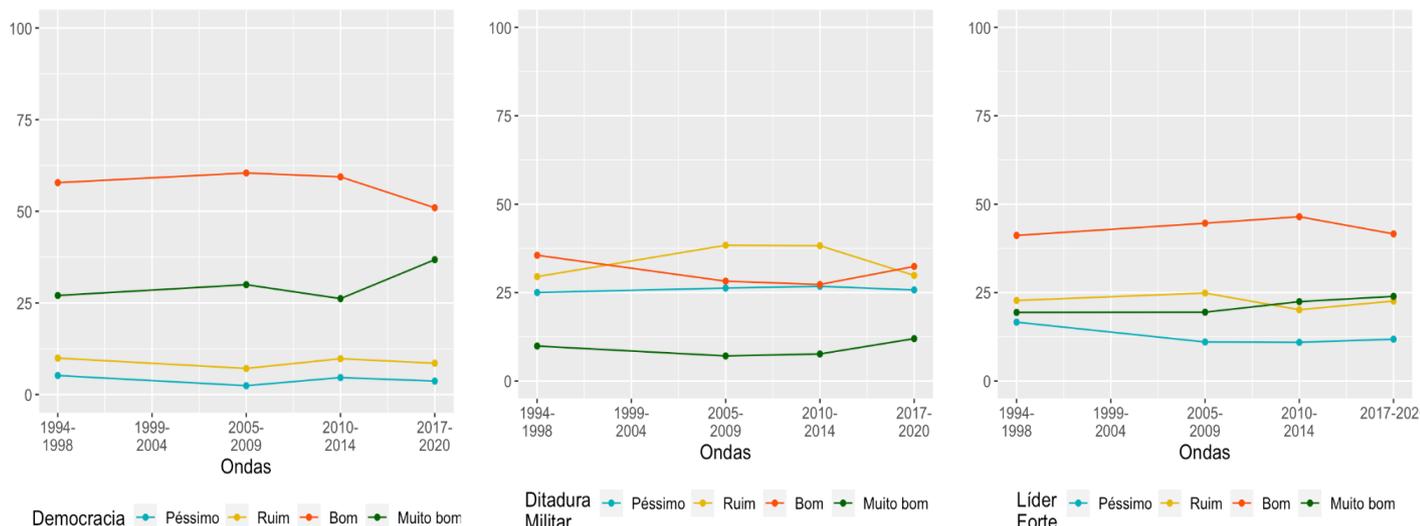
Atitudes democráticas e autoritárias na cultura política brasileira

Tanto o passado autoritário quanto os legados culturais por ele deixados na sociedade, por força dos processos de socialização política, geram impactos na cultura política. Isso significa que, em alguma medida, eles se traduzem na forma como cidadãos veem, avaliam e interagem com objetos políticos, sobretudo em atitudes a respeito da democracia e do autoritarismo. Essas atitudes também indicam em que medida a instrumentalização de um passado autoritário por parte de atores políticos pode encontrar respaldo no eleitorado, servindo de baliza para a construção de narrativas e discursos que tensionem democracia e autoritarismo. Por isso, começamos a análise com dados sobre as atitudes de brasileiros em relação a diferentes tipos de sistemas políticos.

republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019. Para acesso ao discurso da Cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial no parlatório do Palácio do Planalto, ver: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>.

¹³ Os discursos das *lives* foram recuperados diretamente do canal oficial de Jair Bolsonaro na plataforma YouTube. Para acesso à primeira live, realizada em 01/10/2018, durante a campanha do primeiro turno, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=6117jbeHBD0>. Para acesso à última live, realizada em 27/10/2018, durante a campanha do segundo turno, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=2py6E3U2wCc>.

Figura 1. Atitudes em relação à democracia, a um governo militar e a um governo com líder forte entre a população brasileira

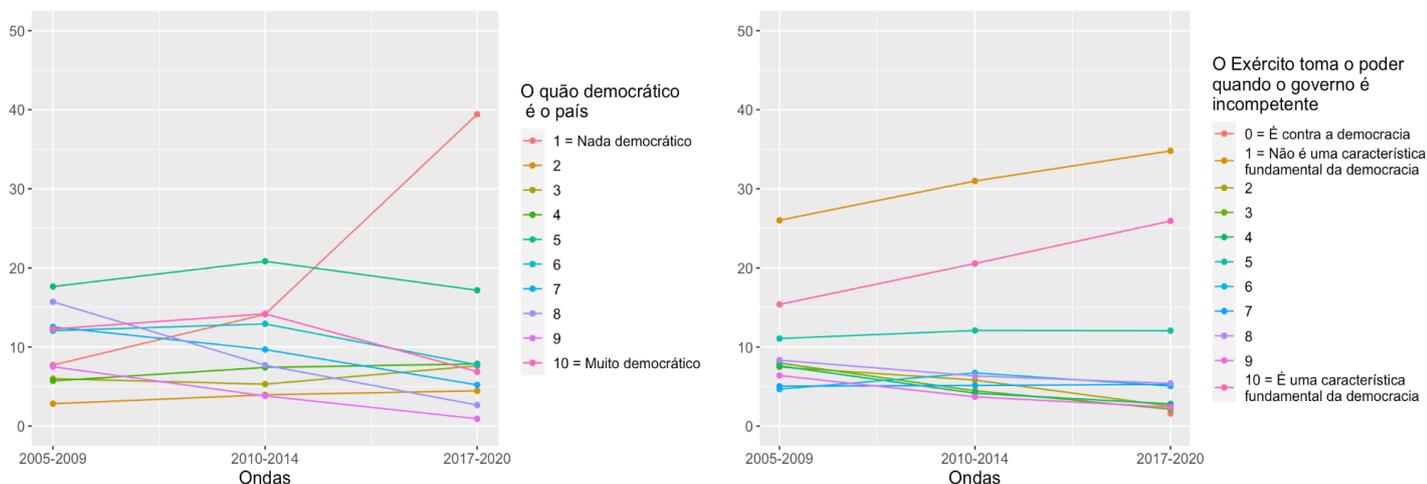


Questão: “Vou descrever vários tipos de sistemas políticos e perguntar o que você pensa sobre cada um deles como forma de governar este país. Para cada uma delas, diria que é uma forma muito boa, bastante boa, bastante má ou muito má de governar este país? Ter um sistema político democrático; Ter um regime militar; Ter um líder forte que não tenha que se preocupar com o parlamento e as eleições”.

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados do World Values Survey.

Conforme podemos observar na Figura 1, o apoio à democracia é bastante alto, com cerca de 80% das respostas válidas avaliando o sistema político democrático como bom ou muito bom ao longo das ondas da pesquisa. Porém, esse resultado é contrastado pela avaliação relativamente positiva das formas autoritárias de governo. Em todas as ondas da pesquisa, respostas válidas considerando um regime militar bom ou muito bom estiveram entre 35% e 45%, enquanto para um governo com líder forte em detrimento de processos e instituições democráticas estiveram acima de 60% durante todo o período.

Figura 2. Percepções sobre a democracia no Brasil e a tomada de poder pelo Exército entre a população brasileira



Questões: “E quão democraticamente este país está sendo governado hoje? Utilizando uma escala de 1 a 10, onde 1 significa que ‘não é nada democrático’ e 10 significa que é ‘completamente democrático’, que posição escolheria?”; “Por favor, diga-me, para cada uma das seguintes coisas, quão essencial você acha que isso é uma característica da democracia. Use esta escala onde 1 significa ‘não é de todo uma característica essencial da democracia’ e 10 significa que definitivamente é ‘uma característica essencial da democracia’: O exército assume o poder quando o governo é incompetente.”

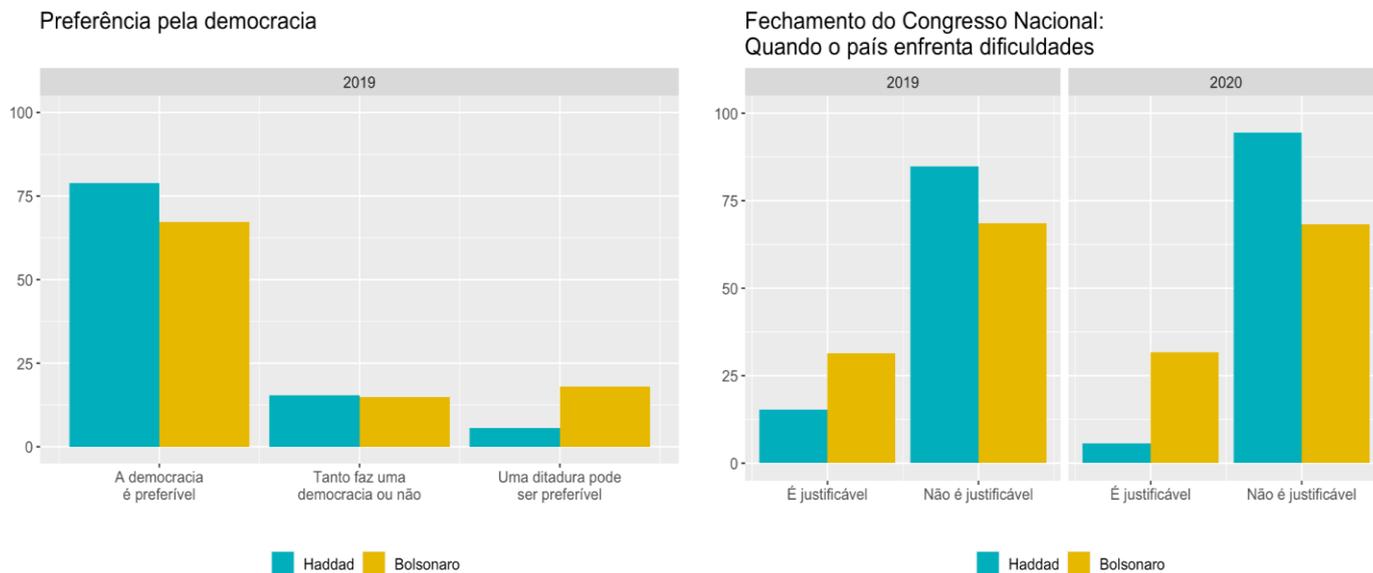
Fonte: Elaboração das autoras com base em dados do World Values Survey.

Na Figura 2 observamos um crescimento da porcentagem de respostas válidas indicando que o Brasil é "nada democrático", subindo de 7,7% em 2005-2009 para 39,4% em 2017-2020. A média da percepção sobre o quão democrático é o país despencou no período, saindo de 6,19 em 2005-2009 para 3,70 em 2017-2020. Em relação à tomada de poder pelo Exército, a média das respostas ao longo do período ficou entre 5,9 e 6,1, com um aumento tanto daqueles que entendem que essa não é uma característica da democracia – indo de 26% em 2005-2009 para 34,8% em 2017-2020 –, quanto dos que acham que é – indo de 15,4% em 2005-2006 para 25,6% em 2017-2020. Os resultados para essa última variável, em particular, sugerem a manutenção da ideia de tutela militar à democracia no imaginário dos brasileiros.

Quando concentramos a análise sobre as atitudes em relação à democracia e ao autoritarismo a partir da preferência eleitoral dos respondentes antes das eleições de

2018, a capacidade de mobilização desses aspectos culturais fica mais evidente. Embora tanto os eleitores de Bolsonaro quanto os eleitores de outros candidatos avaliem a democracia de forma positiva, apenas 28,4% de quem declarou voto em Bolsonaro considera o sistema democrático muito bom, em comparação com 39,8% entre os eleitores de outros candidatos. Da mesma forma, atitudes favoráveis a um sistema político com um líder personalista e autoritário são encontradas em ambos os grupos, mas chegam a 70,9% entre os eleitores de Bolsonaro. A principal distinção está no apoio a um regime militar, avaliado como bom ou muito bom para 41,4% daqueles que, antes da campanha eleitoral de 2018, declararam voto em outros candidatos, e para 75,3% entre aqueles que já haviam sinalizado preferência por Bolsonaro. Soma-se a esse dado a percepção mais prevalente entre eleitores de Bolsonaro de que a tomada de poder por parte do Exército quando o governo é incompetente é uma característica da democracia (Média = 6,21; Dp = 3,68) em comparação com eleitores de outros candidatos (Média = 5,07; Dp = 3,78), bem como a maior confiança nas Forças Armadas, com 69,4% confiando totalmente ou em parte. Testes Wilcoxon-Mann-Whitney para comparação de grupos atestam que as diferenças entre eleitores de Bolsonaro e de outros candidatos para essas variáveis são estatisticamente significativas.

Figura 3. Atitudes em relação à democracia e suas instituições entre eleitores de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro.



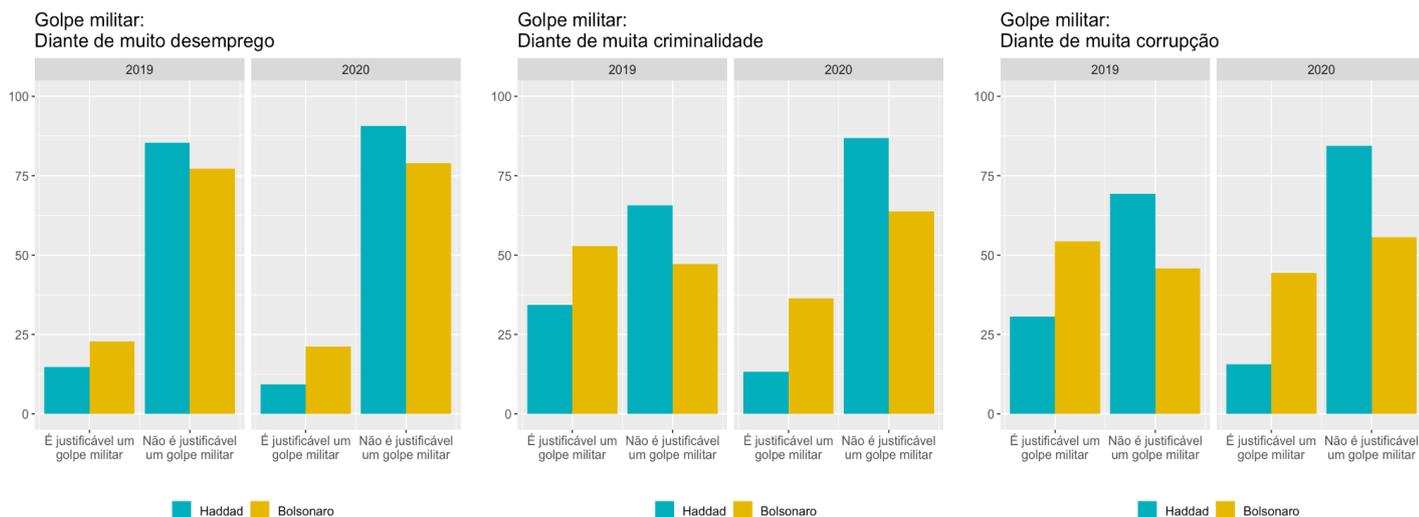
Questões: “Com qual das seguintes três frases o(a) Sr(a) está mais de acordo? A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou; Tanto faz um regime democrático ou um não democrático, ou; Em algumas circunstâncias, uma ditadura pode ser preferível a um governo democrático”; “O(A) Sr(a) acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o Presidente da República feche o Congresso e governe sem o Congresso?”

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados da pesquisa A Cara da Democracia.

Na Figura 3 observamos atitudes mais autoritárias entre os eleitores que declararam ter votado em Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018, tanto em relação à preferência pela democracia quanto à concordância com o fechamento do Legislativo em situações de crise. Em 2019, para 17,9% dos eleitores de Bolsonaro, uma ditadura poderia ser preferível a um governo democrático, um número maior do que o encontrado para a amostra geral (12,4%) e contrastante em relação aos eleitores de Haddad (5,7%). Mas cabe destacar que, para 15,4% dos eleitores de Haddad, 14,9% dos eleitores de Bolsonaro, 18% dos que disseram ter votado em branco e 21,1% que disseram não ter ido votar, é indiferente ter um sistema democrático ou uma ditadura. Eleitores bolsonaristas também são os que mais concordam com o fechamento do Congresso Nacional quando o país está enfrentando uma crise (31,4% em 2019 e 32,8%

em 2020) em comparação com os eleitores petistas (15,3% em 2019 e 5,59% em 2020). Não obstante, cerca de um quinto da amostra geral também justifica o fechamento do Legislativo em situações de crise (23% em 2019 e 18,2% em 2020).

Figura 4. Situações em que um golpe militar é justificável entre eleitores de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro.



Questão: “Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar? Diante de desemprego muito alto; Quando há muito crime; Diante de muita corrupção”.

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados da pesquisa A Cara da Democracia.

Na Figura 4 apresentamos os resultados de 2019 e de 2020 para atitudes sobre circunstâncias em que a tomada do poder por militares seria justificável ou não entre os eleitorados de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Em todas as situações elencadas, os eleitores de Bolsonaro apresentaram atitudes mais favoráveis a um golpe de Estado encabeçado pelas Forças Armadas do que eleitores de Haddad e a amostra geral, com ao menos um quinto da base eleitoral de Bolsonaro apoiando um golpe. O contraste ocorre, principalmente, em situações de alta criminalidade – sendo um golpe militar justificável para 53% dos eleitores bolsonaristas em 2019 e 36,3% em 2020, e para 34,3% dos eleitores de Haddad em 2019 e 13,2% em 2020 – e em situações de alta

corrupção – justificável para 54,2% dos eleitores bolsonaristas em 2019 e 35,8% em 2020, e para 30,6% dos eleitores de Haddad em 2019 e 13,2% em 2020. Apesar de testes qui-quadrado atestarem que essas diferenças são estatisticamente significativas e que o apoio a golpes tenha reduzido entre 2019 e 2020, ainda chama a atenção as porcentagens relativamente altas encontradas entre os eleitores de Haddad em 2019. A análise descritiva com a amostra geral também indicou a presença de atitudes pró-golpe tanto no caso de alta criminalidade (41,9% em 2019 e 26,7% em 2020), quanto de alta corrupção (40,9% em 2019 e 30,9% em 2020). Eleitores bolsonaristas também indicaram maior apoio a golpe militares em casos de muitos protestos sociais (24,3%), crise econômica (31,3%) e instabilidade política (37,9%) em 2019. Assim como nos demais resultados, testes qui-quadrado atestam que essas diferenças são estatisticamente significativas.

De forma geral, esses resultados indicam que as características da cultura política híbrida – como o apoio à democracia concomitantemente ao apoio a sistemas autoritários e golpes militares – estiveram presentes na população geral e foram transversais aos diferentes segmentos do eleitorado brasileiro em 2018, embora as atitudes mais autoritárias tenham sido prevalentes entre eleitores bolsonaristas. Isso vai ao encontro de estudos sobre a cultura política brasileira, que já assinalaram como valores e atitudes de brasileiros são marcados pela combinação entre tendências autoritárias e democráticas, moldando o comportamento político de cidadãos e das elites (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2018; CASTRO, 2014) e sendo reflexo da formação política do Brasil, marcada por períodos de autoritarismo, centralização do poder e instabilidade política (CASTRO; VIZCARRA CASTILLO, 2021). Mas, quando focamos nos resultados das variáveis relacionadas ao papel político das Forças Armadas e do Exército, mais especificamente, encontramos indícios dos legados culturais deixados pela ditadura militar e pela forma como o processo de transição democrática se deu no Brasil na cultura política brasileira, como já apontado por Costa (2024) e Andrade (2024).

Não obstante, em relação à base eleitoral de Bolsonaro, a principal característica que a distinguiu das demais foram justamente as visões positivas acerca da possibilidade de instauração de um governo militar, inclusive entendendo-o como uma característica da democracia. Além de corroborar com discussões e achados da literatura sobre a influência tanto da nostalgia da ditadura quanto do imaginário idealizado acerca do Exército brasileiro na preferência eleitoral por Bolsonaro (BITTENCOURT, 2020; SETZLER, 2021; DE PAULA et al., 2021; ANDERSSON, 2019; HUNTER; POWER, 2019), esses resultados apontam para uma disposição atitudinal de enxergar nas Forças Armadas e no Exército brasileiro uma salvaguarda, e na ruptura democrática uma solução, sobretudo, diante de crises e instabilidades. Nesse sentido, sugerem a presença de visões políticas autoritárias e personalistas que poderiam ser mobilizadas eleitoralmente, sobretudo em contextos de instabilidade, e por lideranças políticas autoritárias e populistas, como o caso da extrema-direita e da candidatura de Jair Bolsonaro.

A mobilização do passado e do autoritarismo nas eleições presidenciais de 2018

A análise dos discursos, *lives* e planos de governo da candidatura de Jair Bolsonaro permite identificar de que maneira a mobilização do passado autoritário é realizada, a partir dos elementos especificamente contidos na narrativa utilizada em sua campanha (BAUER, 2019). Apesar de se tratar de materiais distintos, todos são perpassados por uma estrutura básica comum, repetida contínuas vezes, como estratégia de fixação de seus enunciados ideológicos¹⁴.

A noção de nostalgia está diretamente relacionada à comparação do presente com o passado, em que este é qualitativamente comparado ao primeiro, apresentado

¹⁴ O recém-divulgado relatório da Polícia Federal sobre o inquérito que apura a tentativa de um golpe de Estado após as eleições presidenciais de 2022 dá detalhes sobre a estratégia utilizada pelo grupo político de Bolsonaro: difusão e repetição de dados e notícias falsas acerca das eleições, por diversos canais. A repetição contínua confere familiaridade e maior aceitação das notícias, mesmo que falsas, por parte dos receptores. O relatório na íntegra pode ser acessado em: <https://www.conjur.com.br/2024-nov-26/alexandre-retira-sigilo-de-relatorio-da-pf-sobre-tentativa-de-golpe-leia-a-integra/>

como um momento superior, melhor, suplantado pelos aspectos negativos experienciados no presente (CASTRO, 2014). Assim, a primeira etapa da análise consistiu na identificação e codificação dos trechos que, de algum modo, mencionam o passado para, em seguida, distinguir os temas atrelados a essa referência.

O primeiro aspecto a ser destacado é a presença de duas noções divergentes de passado empregados na campanha de Bolsonaro, distinção fundamental para compreender o uso da nostalgia da ditadura como instrumento em sua campanha eleitoral. De um lado, há o passado diretamente ligado à nostalgia da ditadura, que denominamos de *passado longínquo*, o passado glorioso, que remete ao momento em que os militares estavam no poder. Este é o passado positivo, o passado relacionado aos valores e ao projeto político que se pretende resgatar. Por outro lado, há os anos relacionados aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), constituindo o passado recente – o qual chamamos de *passado imediato* – que precisa ser abandonado para o país seguir rumo a um futuro promissor.

Tendo em vista os elementos abordados na seção anterior acerca da cultura política no Brasil, intimamente relacionados aos enquadramentos em disputa a respeito da memória social da ditadura militar brasileira, identificamos seis grandes temas nos materiais: *Mudança; Lei e Ordem; Forças Armadas; Democracia; Nacionalismo; e Anti-comunismo/anti-esquerda.*

A premissa que permeia todos os temas identificados é centrada na utilização de sentidos ou vocábulos antípodas, estruturando o modo como os assuntos são abordados. Assim, a noção maniqueísta expressa explicitamente pelo antagonismo *nós x eles* está na base da retórica empregada para abordar os mais diversos assuntos, não se restringindo aos temas especificamente sociais (BAUER, 2019). Mais do que grupos políticos opostos, é construída e reforçada a ideia de que essa oposição se trata de leituras de mundo e projetos políticos distintos e incompatíveis, portanto, impossíveis de coexistirem. Abaixo, um exemplo de como essas noções são apresentadas:

O outro lado é a volta do passado, é a corrupção, é a mentira, é o desprezo à família, é uma aproximação da... de ditaduras, entre tantas outras coisas (...) (Trecho de uma fala de Bolsonaro extraído da live realizada no dia 27 de outubro de 2018, a última antes do segundo turno das eleições).

Se o passado recente é negativo, tudo relacionado a ele é condenável, inclusive o próprio funcionamento da política após a redemocratização. Assim, a *mudança* é apresentada como única alternativa para romper com o *passado recente*. Mirando no descontentamento do eleitorado com o cenário político de então, Bolsonaro se posiciona como um *outsider*, apesar de sua longa trajetória como deputado, utilizando essa imagem para apresentar sua proposta de governo como algo inédito e necessário para "moralizar" a política brasileira. A campanha, marcada por custos reduzidos e ampla utilização de redes sociais, foi apresentada como símbolo dessa ruptura, contrastando com as campanhas tradicionais, vistas como representações da política partidária que ele rejeita. Essa mudança também está conectada à ideia de uma transformação cultural. Seu projeto político seria o caminho para a construção de um futuro diferente, a partir da restauração dos valores do *passado longínquo*, como a família tradicional, o respeito à moralidade cristã e a defesa da ordem.

Outro tópico diretamente relacionado à nostalgia da ditadura é o papel das *Forças Armadas* no projeto político bolsonarista. Elas são apresentadas como pilares da ordem e defensoras da pátria contra as ameaças e a instabilidade atribuídas às ideologias de esquerda. O tema resgata um imaginário do *passado longínquo*, em que os militares são vistos como heróis, responsáveis por salvar a nação em 1964. Esse discurso articula passado e presente de maneira estratégica, conectando 1964 ao contexto atual, ao mesmo tempo que resgata a centralidade dos militares na política. A presença de ex-militares em posições de destaque no governo é apresentada como um sinal de seriedade e compromisso com a nação. As Forças Armadas são tratadas não apenas como defensoras da pátria, mas também como essenciais para a preservação da democracia e da identidade brasileira, posição que contribui para legitimar o

autoritarismo no presente, ao reforçar a ideia de que a democracia pode ser suspensa para “salvar a pátria”.

Observamos, ainda, que a *democracia* é retratada de maneira seletiva no discurso bolsonarista, o qual redefine o conceito de forma restritiva, comportando os indivíduos “patriotas” e excluindo grupos considerados “inimigos da pátria”. O período democrático recente – especialmente os anos de governo do PT – é frequentemente criticado, referido como um tempo em que a democracia foi enfraquecida e marcada pela submissão ideológica e interesses corruptos. Além disso, figura como algo exclusivo ao grupo político de Bolsonaro e contrário ao que é associado à esquerda, descrita como ditatorial e totalitária. Também percebemos que ao abordar o processo eleitoral de escolha de representantes o léxico empregado não está relacionado ao conceito de democracia, mas sim a termos comuns ao meio militar. Nesse sentido, as eleições são apresentadas na lógica da guerra, como uma batalha moral e política, onde o voto é a principal arma para defender a pátria e os valores democráticos.

Atrelado a isso, o sentimento de *nacionalismo* fortaleceu a equação, amplamente utilizado como um recurso emocional, enfatizando a ideia de um “Brasil soberano”. O discurso promoveu valores patrióticos e exaltou a identidade nacional, por vezes contrapondo esses ideais à globalização, às políticas internacionais e à influência de outros países (principalmente aqueles com governos de esquerda) ou organismos supranacionais. O nacionalismo foi útil para criar um senso de unidade entre os eleitores, vinculando o passado glorioso à necessidade de proteger os interesses do país contra supostos inimigos externos e internos. Em oposição ao *passado imediato*, o nacionalismo é simbolizado pelas cores verde e amarelo, que representam o patriotismo e a luta pela reconstrução do país. A bandeira nacional é elevada como o máximo símbolo da pátria, e até o derramamento de sangue é legitimado como necessário para defendê-la, como é demonstrado no trecho abaixo:

Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País (...). Podem contar com toda a minha dedicação para construir o

Brasil dos nossos sonhos (...). Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela. (Trecho do discurso proferido por Jair Bolsonaro durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, em 01 de janeiro de 2019).

Por fim, o anticomunismo e o anti-esquerdismo são elementos centrais para a mobilização da nostalgia da ditadura como estratégia discursiva. A esquerda, particularmente o PT, é demonizada como representante de um projeto ideológico que teria causado a decadência moral e econômica do Brasil no *passado imediato*. O anticomunismo é utilizado como uma ferramenta para disseminar o medo e justificar a exclusão de opositores políticos, reforçando a ideia de que o país está em uma luta entre patriotas e inimigos da nação. Isto posto, não se trata apenas de uma crítica ideológica, mas uma estratégia para conectar o *passado longínquo* a um futuro promissor, justificando uma eventual centralização do poder e a rejeição da pluralidade política.

Retomando a premissa maniqueísta, o *nós* representa o povo, os patriotas e os defensores da moralidade e dos valores tradicionais, enquanto *eles* são os políticos corruptos, os comunistas, os inimigos da pátria e qualquer grupo que se oponha aos valores patrióticos. Essa retórica simplifica questões complexas, dividindo a sociedade em campos opostos e irreconciliáveis, o que reforça a polarização e cria uma base sólida de apoio.

Em alguma medida, nessa lógica binária composta por oposições simplistas, o modo como o tema do anti-comunismo/anti-esquerdismo aparece nos documentos analisados parece uma versão atualizada da figura do “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional (PADRÓS, 2005; 2014). Esse personagem impreciso que fez parte da socialização de inúmeros sujeitos apoiadores de Bolsonaro durante a ditadura militar é agora repaginado: se no *passado longínquo* correspondia primordialmente aos

subversivos e comunistas, essa noção é ampliada no presente, incluindo todos os grupos que se opõem ao bolsonarismo. No entanto, continua sendo utilizado com o mesmo fim, ou seja, manter um alerta permanente e fomentar a coesão do grupo dos “patriotas” e “cidadãos de bem” (PADRÓS, 2014):

Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui. Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia. (Trecho do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional)

Todos os temas se interconectam, formando um discurso coeso que se apoia na nostalgia em relação ao passado autoritário para legitimar as propostas de Bolsonaro e criar uma identificação emocional com o eleitorado. A sua combinação revela como a nostalgia da ditadura foi mobilizada para articular um discurso político que não apenas exalta determinado passado, mas também projeta uma perspectiva de futuro com traços autoritários como solução para os problemas do presente.

Essa junção entre uma cultura política marcada pela nostalgia da ditadura com os legados autoritários que ainda persistem no Brasil demonstra como a memória pode ser utilizada como ferramenta estratégica para conectar passado, presente e futuro (JELIN, 2013). Ao mesmo tempo, mobilizar esses elementos em uma sociedade em que as definições acerca do passado autoritário ainda são questionadas de maneira vigorosa (a despeito do reconhecimento oficial do período histórico em questão enquanto uma ditadura) acaba por alimentar as disputas em torno da memória, acentuando a disparidade entre as percepções conflitantes sobre o período.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo investigar como o passado autoritário e a nostalgia da ditadura militar foram mobilizados como ferramenta eleitoral na candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, destacando sua relação com os legados culturais autoritários na sociedade brasileira. Os resultados indicaram que o imaginário construído em torno da ditadura foi estrategicamente utilizado para articular visões políticas autoritárias e mobilizar setores específicos do eleitorado. Ao contrastar o *passado longínquo*, associado ao período militar, com o *passado imediato*, representado pelos governos do PT, a narrativa bolsonarista criou uma visão maniqueísta que polarizou a sociedade e legitimou propostas de ruptura democrática como soluções para as crises contemporâneas.

Enquanto a cultura política brasileira apresenta uma coexistência de valores democráticos e autoritários, os eleitores de Bolsonaro demonstraram maior adesão a percepções favoráveis ao militarismo e à centralização do poder. Esses resultados sugerem que atitudes politicamente autoritárias vinculadas à aceitação de golpes militares foram centrais para a preferência eleitoral por Bolsonaro. Isso não apenas reforça a influência dos legados autoritários deixados pela transição democrática pactuada, como também evidencia o papel da memória social na instrumentalização de discursos políticos que tensionam a estabilidade democrática.

Já acerca da construção discursiva da campanha de Bolsonaro, percebemos a existência de uma premissa central na retórica empregada, baseada na lógica antagonista *nós x eles*: o *nós* representa os patriotas, aqueles que aderiram ao projeto político de Bolsonaro; ao passo que *eles* são os políticos corruptos, os comunistas, os inimigos da pátria e qualquer grupo que se oponha àquele projeto e seus valores. Nesse sentido, é possível apontar uma reatualização de um dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional, o “inimigo interno”, utilizada para reforçar a coesão social do grupo e justificar o eventual emprego de medidas autoritárias. Acrescido a isso, há a revitalização da visão das Forças Armadas como uma espécie de “poder moderador”, salvaguarda da democracia, em última instância. Portanto, os aspectos político-culturais

híbridos, já favoráveis ao autoritarismo e ao militarismo da sociedade brasileira e, principalmente, dos eleitores bolsonaristas, encontram eco tanto para as demandas não-satisfeitas no presente, quanto nas promessas de reconstituição das condições de um passado glorioso pela oferta eleitoral da extrema-direita.

Concluimos que a nostalgia da ditadura, quando mobilizada para fins políticos, não apenas perpetua os legados autoritários na cultura política brasileira, mas também dificulta os esforços de memória e verdade sobre esse período histórico. Portanto, é fundamental aprofundar os debates públicos sobre o passado autoritário, fortalecendo práticas democráticas que resistam a discursos que romantizam a ruptura democrática como solução.

Referências

ALMADA, P. E. R. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, p. 1-21, 2021.

ANDERSSON, P. O Brasil de Bolsonaro. *Novos Estudos*, n. 113, p. 215-254, 2019.

ANDRADE, B. F. *Nostalgia da ditadura e democracia inercial no Brasil e no Chile: vestígios autoritários na cultura política*. 2024. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ARTURI, C. Dossiê Transição Política: Apresentação. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, 7-10 nov, 2001, pp. 7- 10.

BAQUERO, M. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BARAHONA DE BRITO, A.; SZNAJDER, M. The politics of the past: the Southern Cone and Southern Europe in comparative perspective. *South european society and politics*, v. 15, n. 3, p. 487-505, 2010.

BAUER, C. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo, *Relaciones Internacionales*, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.

- BERGMAN, M. M. Introduction: Whither Mixed Methods?. In: BERGMAN, M. M. (Org.). **Advances in Mixed Methods Research Theories and Applications**. London: SAGE, 2008.
- BETZ, H. **Radical right-wing populism in Western Europe**. London: Macmillan Press, 1994.
- BETZ, H.; JOHNSON, C. Against the Current – Stemming the Tide: The Nostalgic Ideology of the Contemporary Radical Populist Right. **Journal of Political Ideologies**, v. 9, n. 3, p. 311–327, 2004.
- BITTENCOURT, M. P. “**Nostalgia da Ditadura**” e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação. 2020. 50f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- CARTER, E. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. **Journal of Political Ideologies**, 23(2), 157-182, 2018.
- CASTRO, H. C O. **Cultura Política Comparada: Democracia e Mudanças Econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena, 2014.
- CASTRO, H. C. O.; VIZCARRA CASTILLO, S. I. V. Uma democracia frágil e sem valores democráticos: o Brasil no século XXI. **Revista Debates**, v. 15, n. 2, 45-73, 2021.
- CESARINI, P.; HITE, K. Introducing the Concept of Authoritarian Legacies. In: HITE, K.; CESARINI, P. (Eds.). **Authoritarian Legacies and Democracy in Latin America and Southern Europe**. South Bend: University of Notre Dame Press, 2004, p. 1-24.
- CHARMAZ, K. **Constructing ground theory: a practical guide through qualitative analysis**. London: Sage Publications, 2006.
- COSTA, M. P. **A história que nos contam: socialização política e representações sobre a ditadura militar nos livros didáticos brasileiros**. 2024. 148f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- COUPERUS, S.; RENSMANN, L.; TORTOLA, P. D. Historical legacies and the political mobilization of national nostalgia: Understanding populism’s relationship to the past. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 31, n. 2, p. 253–267, 2023.
- D’ARAÚJO, M. C. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In: FICO, C. et al. (Eds.). **Violência na História: Memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, pp. 39-53.

DE PAULA, C.; FERREZ JÚNIOR, J.; WARDE Jr., W. J.; Valim, R. **Bolsonarismo no Brasil: pesquisa qualitativa nacional, junho de 2021**. Rio de Janeiro: IESP, 2021.

DE VRIES, C. E.; HOFFMANN, I. The Power of the Past: How Nostalgia Shapes European Public Opinion. **Bertelsmann Stiftung, EUpinions 2018/2**, 2018.

ELGENIUS, G.; RYDGREN, J. Frames of Nostalgia and Belonging: The Resurgence of Ethno-Nationalism in Sweden. **European Societies**, v. 21, n. 4, p. 583–602, 2019.

ELGENIUS, G.; RYDGREN, J. Nationalism and the Politics of Nostalgia. **Sociological Forum**, v. 37, p. 1230-1243, 2022.

ESTEVE-DEL-VALLE, M.; COSTA LÓPEZ, J. Reconquest 2.0: the Spanish far right and the mobilization of historical memory during the 2019 elections. **European Politics and Society**, v. 24, n. 4, 494–517, 2022.

GRANDE, E.; KRIESI, H. The Transformative Power of Globalization and the Structure of Political Conflict in Western Europe. In: KRIESI, H.; GRANDE, E.; DOLEZAL, M.; HELBLING, M.; HÖGLINGER, D.; HUTTER, S. (Orgs.). **Political Conflict in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GONZÁLEZ, R. S.; BAQUERO, M.; GROHMANN, L. G. M. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, v. 15, n. 2, p. 9-44, 2021.

GUGLIANO, A.; GALLO, C. Modelos de transição, memória da repressão e políticas de Direitos Humanos no Brasil. **O público e o privado**, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 31-42, 2011.

HARRISON, S.; BRUTER, M. **Mapping Extreme Right Ideology: An Empirical Geography Of The European Extreme Right**. New York: Palgrave Mcmillan, 2011.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019.

HUTTER, S.; KRIESI, H. Movements of the Left, Movements of the Right Reconsidered. In: van STEKELENBURG, J.; ROGGE BAND, C.; KLANDERMANS, B. (Orgs.). **The Future of Social Movement Research: Dynamics, Mechanisms, and Processes**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

JELIN, E. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Revista de Ciência Política**. Instituto de Asuntos Públicos, Universidad de Chile, Santiago de Chile, vol. 51, nº2, 2013, pp. 129-144.

KENNY, M. Back to the Populist Future? Understanding Nostalgia in Contemporary Ideological Discourse. **Journal of Political Ideologies**, v. 22, n. 3, p. 256–273, 2017.

KITSCHOLT, H. **The Radical Right in Western Europe**. A Comparative Analysis. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. 2.ed. Trad. Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIPÍŃSKI, A.; SZABO, G. Heroisation and victimisation: populism, commemorative narratives and National Days in Hungary and Poland. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 31, n. 2, p. 345–362, 2022.

MARTÍN, I.; PARADÉS, M.; ZAGÓRSKI, P. How the traumatic past influences the vote of the populist radical right parties in Germany, Poland, and Spain. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 31, n. 2, p. 332–344, 2022.

MENDES, R. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, 2013.

MOISÉS, J. A. **Os Brasileiros e a Democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MOLS, F.; JETTEN, J. Explaining the Appeal of Populist Right-Wing Parties in Times of Economic Prosperity. **Political Psychology**, v. 37, n. 2, p. 275–292, 2016.

MORLINO, L. Authoritarian Legacies, Politics of the Past and the Quality of Democracy in Southern Europe: open conclusions. *South European Society and Politics*, vol. 15, nº3, september 2010, pp. 507-529.

MORLINO, L. Authoritarian legacies, politics of the past and the quality of democracy in Southern Europe: Open conclusions. In: **Dealing with the Legacy of Authoritarianism**. Routledge, 2013. p. 165-187.

MUDDE, C. **The Far Right Today**. London: Polity Press, 2019.

MUNCK, G.; LEFF, C. Modes of transition and democratization: South America and Eastern Europe in comparative perspective. **Comparative Politics**, v. 29, n. 3, p. 343-362, 1997.

NAPOLITANO, M. 1964: **História do Regime Militar brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PADRÓS, E. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, E. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, C.; RUBERT, S (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

PEREIRA, A. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, A. C.; MARTINHO, F. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Civilização Brasileira, 2014.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, v.5, n.10, 1992, pp. 200-215.

PYTLAS, B. Radical-right narratives in Slovakia and Hungary: historical legacies, mythic overlaying and contemporary politics. **Patterns of Prejudice**, v. 47, n. 2, p. 162–183, 2013.

RAIMUNDO, F. **Ditadura e democracia: legados da memória**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

RIEDEL, R. Authoritarian Populism and Collective Memory Manipulation. In: OSWALD, M. (Org.). **The Palgrave Handbook of Populism**. London: Springer International Publishing, 2022, p. 195–211.

SCHREURS, S. Those Were the Days: Welfare Nostalgia and the Populist Radical Right in the Netherlands, Austria and Sweden. **Journal of International and Comparative Social Policy**, v. 37, n. 2, p. 128–141, 2020.

SETZLER, M. Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views? **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, e0002, 2021.

STEENVOORDEN, E.; HARTEVELD, E. The appeal of nostalgia: The influence of societal pessimism on support for populist right parties. **West European Politics**, v. 41, n. 1, p. 28–52, 2018.

VIANNA, L. W. **A transição:** da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

WILDE, A. Irruptions of memory: Expressive politics in Chile's transition to democracy. **Journal of Latin American Studies**, v. 31, n. 2, p. 473-500, 1999.

Recebido em novembro de 2024
Aceito em dezembro de 2024